

## Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS nos municípios do Cabo e Ipojuca

Mércia Carréra de Medeiros<sup>1</sup>

Ana Maria Ramalho<sup>2</sup>

Fátima Almeida<sup>3</sup>

Gisele Carvalho<sup>4</sup>

Luciana Santiago<sup>5</sup>

### Introdução

A pesquisa sobre "**Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS nos municípios do Cabo e Ipojuca**", está sendo desenvolvida pelos professores da Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC, pertencentes ao Núcleo Docente Estruturante – NDE dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, Relações Internacionais e Direito.

O intuito dessa pesquisa é trabalhar interdisciplinarmente o tema, com a perspectiva de discutirmos, através das diversas ciências, a importância da produção de um conhecimento amplo, multi, trans e interdisciplinar.

O objeto de estudo - o Complexo Industrial Portuário Suape - está situado na Nucleação Sul da Região Metropolitana do Recife, distante cerca de 40 Km quilômetros de Recife, localizado entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, com acesso a partir da BR-101 e da PE-60. Os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada também fazem parte da área de abrangência do empreendimento, porém de forma indireta.

Iniciamos o trabalho pesquisando os impactos apenas nos municípios da área de abrangência direta. No entanto, ao término dessa etapa, se haverá continuidade da pesquisa na área dos municípios de abrangência indireta.

O Complexo Industrial Portuário Suape vem sendo discutido e executado há décadas. No final da década de 60, foram iniciados os estudos para viabilidade da implantação.

Segundo a economista e consultora da Ceplan Consultoria Tânia Bacelar:

---

1 Arquiteta e Urbanista – Coordenadora e Professora do curso de Arquitetura e Urbanista da Faculdade DAMAS , Doutora em Arqueologia pela Universidade do Porto.

2 Arquitera e Urbanista, Doutra em Aquitetura pelo MDU/UFPE. Professora do curso de Arquitetura e Urbanista da Faculdade DAMAS

3 Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutoranda em Design pela UFPE. Professora do curso de Arquitetura e Urbanista da Faculdade DAMAS

4 Arquiteta e Urbanista, Mestre em História. Professora do curso de Arquitetura e Urbanista da Faculdade DAMAS

5 Arquiteta e Urbanista, Doutora pelo MDU/UFPE. Professora do curso de Arquitetura e Urbanista da Faculdade DAMAS

O porto começou a ser construído na década de 1970. Mesmo com a crise que afetou o Brasil nas décadas de 1980 e 1990, os governos pernambucanos tiveram a lucidez de manter os investimentos. Cada um fez um pouco. Quando houve a retomada do crescimento brasileiro, nós estavamos prontos. Não apenas para receber navios, mas para a chegada das indústrias. Então, Suape foi o elemento estratégico da retomada. (pedesenvolvimento.com, 2013)

Tânia Bacelar afirma:

Pernambuco seria outro sem Suape. O complexo é a ligação do estado com o mundo. Se ele não existisse, não estaríamos passando por esse boom de investimentos em que estamos hoje. Suape é um determinante importante para o novo ciclo que Pernambuco vive. (pedesenvolvimento.com, 2013)

Não se pode negar que a fase de ouro deste projeto se deu entre os anos de 2007 e 2010, quando foi consolidado e considerado o maior e melhor porto de investimentos do Brasil, título recebido, em 2010, pelo Instituto de Logística Supply Chain (ILOS), após pesquisa realizada junto a 300 empresários. Ao completar 30 anos, em 2008, estava sendo responsável pela geração de 46,7 mil novos empregos no estado, sendo o fator de crescimento de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Os grandes investimentos com certeza provocam uma dinâmica econômica de grande impacto na área existente, afetando também o seu território e alterando a realidade socio-cultural. Esses impactos podem ser positivos ou negativos dependendo do que foi planejado e esperado como resultado, como também de acordo com a avaliação realizada pelos diversos pesquisadores.

A organização da pesquisa obedece ao seguinte formato: A Dimensão Socioespacial; A Dimensão Econômica e a Dimensão Ambiental.

### **1. Dimensão Socioespacial**

A ideia de que os territórios, por mais estáveis que pareçam, não são espaços estáticos e inertes quando considerados os interesses e as práticas sociais das distintas sociedades que modelam os contornos de suas formas, há muito tempo foi desconstruída.

No entanto, esse processo não pode ser entendido de maneira homogênea. Sabe-se que as dinâmicas territoriais quase sempre ocorrem à revelia dos interesses das populações que neles habitam. Na atualidade, as transformações que configuram as paisagens está subordinado também a influência que a globalização e a mundialização do capital exercem sobre os territórios.

O Segundo o autor Milton Santos (1998) nos faz refletir sobre a produção do território , enquanto espaço de relações sociais, ao compreendê-lo como determinado por diferentes funções espaciais ou pelos seus diferentes usos espaciais. Portanto, não é possível entender o território ignorando as relações políticas e econômicas que se estabelecem no modelo capitalista de produção.

Ao refletir sobre a dimensão socioespacial, é importante considerar que o território só se torna um conceito útil, se o pensarmos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2000, p.22).

Com base nesses preceitos e considerando que a criação de Suape tem contribuído efetivamente para o crescimento econômico da Região Metropolitana do Recife – RMR, e para o

estado de Pernambuco, busca-se identificar os impactos socioespaciais nos municípios considerados de interferência direta – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca à partir do crescimento do Complexo Industrial Portuário Suape, e qual a nova configuração socioespacial produzida nesse território resultante desse empreendimento.

Para responder a essa questão foram consideradas os seguintes eixos analíticos: habitação, uso do solo e controle urbano, mobilidade e infraestrutura. Destaca-se que, esses eixos, apesar de temáticos, estão relacionados entre si, e vão também explicitar a capacidade de gestão e planejamento urbano dos municípios diretamente envolvidos.

Para a realização dessa dimensão da pesquisa, os dados primários foram coletados através de visita *in loco*, registros fotográficos e entrevistas com os *stakeholders*; e os dados secundários através de consultas a documentos, trabalhos acadêmicos, planos e legislações estaduais e municipais, consultas a sites oficiais, entre outros.

### 1.1. Breve histórico do projeto Suape

Os estudos iniciados nos anos 60 para analisar a viabilidade do Porto de Suape partiram do princípio de criar um porto que gerasse demanda suplementar à já pré-existente, tendo sido definidora, quando da opção pela região de Suape, a extensa área para implantação de um parque industrial, ao que se somou a proximidade com a metrópole de Recife, o quebra-mar natural de arrecifes, e sua costa de águas profundas.

O Complexo de Suape está localizado a cerca de 40 quilômetros do Recife, entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, Região Metropolitana Sul do Recife, em uma área de aproximadamente 13 há, conforme Figura 1.



Figura 1. Mapa da Região Metropolitana do Recife com o Complexo Industrial de Suape.  
Fonte: Agência Condepe/FIDEM.

A implantação de SUAPE também foi resultante de uma das ações estruturadoras para o desenvolvimento metropolitano integrado proposto no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDI/RMR, elaborado em 1975, quando da criação da FIDEM.

Em virtude da realidade metropolitana que ora se anunciava para a RMR o PDI considerava que:

Devido à natureza socioeconômica dos principais problemas da RMR, a ênfase nos esforços de investimentos não deverá ater-se aos problemas propriamente urbanísticos mas, fundamentalmente aos problemas socioeconômicos e, em particular, ao emprego e à renda [...]o problema básico da RMR não consiste exclusivamente em estabelecer racionalidade e ordenar a urbanização descontrolada, senão em gerar a dinâmica de desenvolvimento econômico e social que se apresenta extremamente insuficiente (Grifos dos autores. FIDEM, 1975).

Os estudos que subsidiaram o PDI mostram a preocupação em frear o acelerado processo de formação de periferias, dependentes exclusivamente do núcleo central metropolitano. A partir dessa análise os esforços passam a ser direcionados para a criação e fortalecimento de novos núcleos metropolitanos, geração de novas economias e estabelecimento de melhor distribuição e fixação da população metropolitana. E considerou também que a natureza da RMR propicia as condições para a implementação de uma estrutura urbana multipolar, composta das Nucleações Centro, Oeste, Norte e Sul, e suas respectivas áreas de influência (FIDEM, 1987). Dessa forma, SUAPE se consolidou como uma das ações estruturadoras do desenvolvimento socioeconômico para a Região Metropolitana Sul.

No governo de Eraldo Gueiros Leite cria-se em 1976 um grupo interministerial para examinar a viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto, ao que imediatamente se sucedeu o início das obras de infraestrutura portuária, sistema viário interno, abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações.

Assim, em novembro de 1978 cria-se a empresa Suape – Complexo Industrial Portuário, com a Lei Estadual nº 7763, objetivando administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras no momento já iniciadas e a exploração das atividades portuárias.

Suape começa a operar em 1983, utilizando o PGL-1 (Pier de Granéis Líquidos) e com a movimentação do álcool pela Petrobrás, ao que se sucederam, após a transferência das empresas de combustíveis do Porto do Recife para lá, a BR Distribuidora, a Shell e a Texaco, apenas para citar algumas das mais conhecidas, formando o “Pool de Derivados de Petróleo”. Em 1991 inaugura-se o “Cais de Múltiplos Usos”, destinado a movimentar contêineres e granéis sólidos, diversificando o desembarque de outros tipos de cargas, além dos combustíveis que inicialmente ativaram o porto. Com isso, Suape entra na lista dos 11 portos prioritários do Brasil, e em 1996 é incluído no “Programa Brasil em Ação” recebendo direcionamento de recursos públicos federais de investimentos, e implementando a construção da primeira etapa do seu porto interno, concluída em 1999. No ano de 2001 é inaugurado o PGL-2 e inicia-se a construção da segunda etapa do seu porto interno, estendendo o número de cais agora para 4. Nesse mesmo ano, os cais 2 e 3 do porto interno são arrendados pela empresa Tecon Suape.

Em 2002 inicia-se a duplicação da avenida portuária e a construção do 1º Prédio da Central de Operações Portuárias, obras necessárias para atender à expansão do porto e ao aumento de sua movimentação. O ano de 2005 marca a definição da instalação da Refinaria General José Inácio Abreu e Lima em Pernambuco, e posteriormente Suape irá contar com empreendimentos de porte como estaleiros e a Petroquímica Suape – PQS.

No intuito de promover a inclusão social e educacional dos moradores e funcionários do complexo, é criado, em 2004, o Centro de Treinamento do Complexo de Suape. Também foram criados o Prodinpe – Programa de desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Associada ao Estado de Pernambuco - e o Prodepe – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco para estimular a geração de empregos e a economia regional.

A partir de 2007 o complexo continuou progressivamente a receber investimentos do governo e isenções fiscais, consolidando sua estrutura atual com um porto externo, um porto interno, terminais de grãos líquidos, cais de múltiplos uso, e um terminal de contêineres, com movimento previsto para 2013 de 30 milhões de toneladas de carga por ano, e consolidando sua abrangência nos estados vizinhos e restante do Brasil. Com Suape consolida-se também a retomada da participação da indústria na economia do estado de Pernambuco, no momento em que se fala de “desindustrialização” no restante do Brasil. É significativo o impacto econômico e social que o Complexo Industrial de Suape tem causado na região, com centenas de empresas instaladas e em fase de instalação, de forma direta ou indireta.

Com localização geográfica privilegiada para transações com o resto do Brasil, os Estados Unidos, a Europa e a África e centralidade da Região Metropolitana do Recife (onde está SUAPE) no Nordeste do país – Pernambuco vem também construindo um ambiente econômico favorável, por meio da atração de novos investimentos, especialmente na atividade industrial. Situa-se na extremidade oriental da costa atlântica da América do Sul, o que o coloca em posição estratégica de rotas de navegação mundial, modo de transporte por excelência do complexo petróleo & gás. Conecta-se com mais de 160 portos em todos os continentes e exerce historicamente papel de entreposto de mercadorias dentro do Brasil, nas relações do comércio interestadual e nacional. (SOUZA, 2012).

É então, a partir de meados dos anos 2000 que se começa a haver um crescimento significativo em Suape através da implantação de empresas de médio porte e do anúncio da chegada da Refinaria Abreu e Lima, o que proporcionou novas expansões de investimentos produtivos e novas dinâmicas no território o qual o complexo encontra-se instalado.

## 1.2. Legislação urbana

Para evitar os problemas socioespaciais e minimizar os impactos no município, surgem Planos e Diretrizes para Suape, elaborados pelo Governo do Estado.

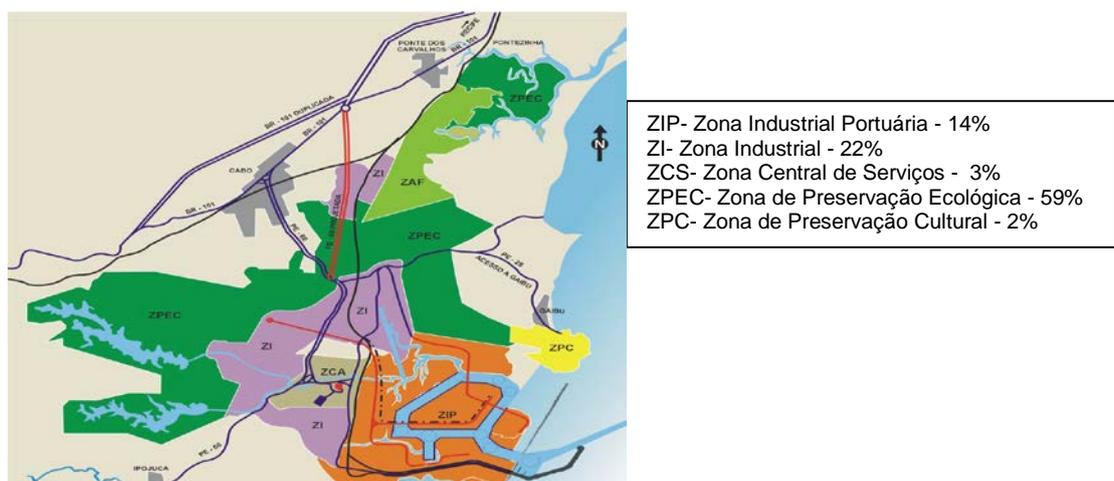
O primeiro Plano Diretor foi criado em 1973, ainda sem a existência do porto e do complexo de Suape, na qual apenas definiram-se áreas destinadas para essas finalidades (Decreto 2845 de 27/06/73). Em 1978, época da criação da empresa Suape, foi elaborado o Plano Suape, pela Condepe-Fidem, que traçou normas de uso do solo para o complexo (CONDEPE, 1978). Em 1983 foi criado o Decreto 8.447/83, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, com Normas de Uso do Solo (DECRETO 8.447/83). Com esse decreto, em 1994, o complexo de Suape passou a comportar uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) que ampliou a capacidade de oferta de serviços portuários (CAP 16/1994). Em 2008, a Condepe-Fidem traçou Diretrizes para a Ocupação Sustentável para Suape que acrescentaram a preocupação com a ocupação sustentável, empregando-se o conceito de sustentabilidade urbana e regional ampliada, devido a necessidade enfrentar a degradação do meio ambiente associado ao problema da pobreza da área (CONDEPE-FIDEM, 2008). Além desses Planos, o Plano Diretor de Ipojuca insere o Complexo e Suape na ZAP, Zona de Atividade Portuária de Suape, pertencente à Macrozona de Equilíbrio Urbano-Ambiental, com restrições visando à manutenção ambiental (Lei N.º 1490/2008, Plano Diretor do Município de

Ipojuca). Já no Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho, o complexo de Suape faz parte da ZEIPA, Zona Especial, Industrial, Portuária e Ambiental, e que acrescenta que o zoneamento de Suape, deverá ser compatibilizado com as diretrizes previstas nesta Lei, especialmente quanto ao uso e ocupação do solo (Lei Nº 2.360, de 29 de Dezembro de 2006, Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho).

Em 2011 foi publicado o novo Plano Suape 2030, a partir do Decreto Nº 37.160, que prevê novos zoneamentos para os 13,5 mil hectares do Complexo de Suape até 2030. Mapeia áreas de proteção ambiental, urbana, industrial e portuária, além de abordar questões econômicas, sociais, de desenvolvimento urbano e condições de uso, ocupação e parcelamento do solo. O artigo 12 trata do zoneamento ambiental, industrial e portuário do espaço territorial de Suape e tem por objetivo regular o parcelamento, uso e ocupação do seu solo, estabelecendo as condições para autorização dessas modalidades de intervenção segundo as diferentes características de seu sítio natural e construído (SUAPE, 2030). Assim, se subdivide em oito Zonas:

A Zona Industrial Portuária – ZIP e a Zona Industrial - ZI correspondem às áreas destinadas predominantemente à implantação de empreendimentos de produção industrial, priorizados aqueles que mantêm correlações com a estrutura portuária. A Zona Central de Serviços - ZCS corresponde à área destinada a usos e atividades diversificados, como um pólo de empreendimentos, que deverá ser o principal centro de serviços. O Setor Especial de Habitação de Interesse Social - SEHIS; inserido na ZCS, compreende as áreas de consolidação dos assentamentos informais de Massangana e Dois Irmãos que, em função de interesse social, serão objeto de programas de urbanização e regularização fundiária. A Zona de Preservação Ecológica - ZPEC compreende a parcela de terras com características ambientais diversas que circunda as zonas produtivas de SUAPE, delimitada como área de proteção para fins de preservação ecológica por determinação legal, bem como para a promoção de compensação ambiental futura.

O Setor Especial Ambiental - SEA contempla área especial inserida na ZPEC, onde deverá ser instalado Centro de Excelência de Produção Agrícola para fins de pesquisa e produção experimental sustentável. A Zona de Preservação Cultural – ZPC compreendem sítios de especial interesse arquitetônico ou arqueológico, podendo se sobrepor a todas as zonas de SUAPE, os quais deverão ser protegidos e explorados em suas características singulares para fins de pesquisa e divulgação do patrimônio cultural. A Zona de Preservação Cultural - ZPC compreende a área destinada à proteção do patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, definindo-se como área de preservação histórica e ambiental em razão de sua singular paisagem natural e cultural.



**Figura 2: Zoneamento**  
Fonte: Plano Diretor de Suape - 2030.



O Engenho Mercês (Ipojuca), por exemplo, é uma comunidade que aproximadamente 480 famílias do Engenho Mercês (Ipojuca) localizada na zona industrial portuária do Complexo. Estão sendo expropriadas na medida em que se instalam as indústrias petroquímicas e o sustento fica cada vez mais dificultado, já que a prática de colheita de frutas está sendo limitada devido às restrições por parte do Complexo, mas algumas buscam se sustentar da pesca e catação de caranguejo do mangue do rio Tatuoca (SILVEIRA, 2010).

As comunidades Cepovo e Águas Compridas estão sofrendo mudanças nos seus territórios por conta da instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto para a Praia de Gaibu. Essa estação é fruto da necessidade recente pela urbanização do espaço, o que acarreta em consequências para as comunidades pesqueiras que viviam tradicionalmente à beira da praia e hoje estão sendo expulsas, tanto pela estação como pela própria urbanização (SILVEIRA, 2010).

Os espaços rurais localizados no litoral pernambucano também têm sido impactados por diversos projetos proporcionado pelo governo do Estado (Polo Farmacoquímico – Mata/litoral Norte; Complexo Industrial de Suape – Mata/Litoral Sul), os quais reconfiguram o território, impondo-lhes novas dinâmicas que colocam em xeque a continuidade e os significados atribuídos a eles pela sociedade. De acordo com Machado, et al, (2009) e Silveira (2010) a instalação de Suape não implicou somente em expropriações de terra, mas em um processo de urbanização acelerado, não planejado, e com fortes consequências ambientais.

Resultante desse processo também se observa a ocupação de novas moradias em áreas antes destinadas à produção agroindustrial canaveieira, sem que tenha sido planejada essa expansão urbana. As figuras 4 e 5 mostram esse processo no município de Ipojuca totalmente resultante de uma ação informal.



**Figura 4. Área destinada a produção agroindustrial.**

**Fonte: Aline Souza, Observatório das Metrópoles, março/2013**



Figura 5. Ocupações espontâneas em áreas antes destinadas a produção agroindustrial.

Fonte: Aline Souza, Observatório das Metrópoles, set./2013.

O quadro 1 foi elaborado por Siqueira (2010) e apresenta uma síntese de conflitos socioambientais localizados em SUAPE.

**Quadro 1. Identificação dos conflitos socioambientais existentes em Suape**

Conflitos Socioambientais	Tipo	Objeto de confronto	Natureza
Conflito de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bita e Utinga para fins de reflorestamento e conservação do manancial.	Relacionado ao controle sobre os recursos naturais.	Terra, água e conservação da biodiversidade.	Manifesto.
Conflito na instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Praia de Gaibu nas terras das Comunidades de Cepovo e Águas Compridas.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupação com possíveis impactos ambientais da instalação da ETE nas comunidades de Cepovo e Águas Compridas.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Serraria e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com poluição sonora e atmosférica.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Algodãois e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com a poluição sonora, atmosférica e hídrica nos riachos que cortam a comunidade.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Mercês (Ipojuca) e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com a destruição de Manguezais e com a poluição atmosférica e hídrica.	Latente.
Conflito entre moradores da ilha de Tatuoca e as empresas Suape e Estaleiro Atlântico Sul quanto à instalação de empreendimento impactante.	Relacionado com Impactos	Preocupações com a destruição de manguezais, poluição atmosférica e com a hídrica.	Manifesto.

Fonte: Silveira (2010, p.70).

O quadro traduz um volume de conflitos que são o resultado da expansão das atividades do Porto de Suape, significando que a ampliação da sua produção trouxe rebatimentos diretos sobre as populações, as comunidades e os territórios, especialmente rurais, daquela região.

Do ponto de vista social, a expansão das áreas do complexo industrial de Suape tem exercido uma forte influência sobre a atração da população rural para as cidades, ocasionada pela perda de seus territórios, pelas precárias ou ausentes políticas públicas e pelo aumento da oferta de trabalho em outros setores da economia local.

Além da expropriação e remoção da população local, percebe-se nesta década, um aumento em quase 50% do número de assentamentos pobres na Região Metropolitana do Recife (RMR) destacando-se a expansão das ocupações no litoral sul da RMR, motivada pela dinamicidade de processos econômicos instalados no litoral dos municípios de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho, devido à implantação de empreendimentos no CIPS, o que se constitui outro forte impacto para os municípios.

Tais empreendimentos, com ampliação significativa da oferta de empregos diretos e indiretos na sua fase de construção e implantação, vem ocasionando, um intenso deslocamento populacional diário seja pelos trabalhadores vinculados ao CIPS, seja pelo fluxo migratório que se fixa na região atraído pelas oportunidades de emprego formal e informal. O que resulta na necessidade de abrigar parte dessa população devido a escassez de moradia na região (SILVEIRA, 2010).

A falta de capacidade dos municípios diretamente envolvidos na promoção de uma política habitacional tem promovido para um crescente número de ocupações espontâneas, justificado pela proximidade do trabalhador ao local de trabalho, pela valorização do solo na região, o que o torna inacessível para as camadas mais populares e, sobretudo, pela ausência de capacidade de gestão, nesse caso específico, na gestão de controle urbano.

Para buscar o enfrentamento do déficit habitacional os municípios do Cabo e de Ipojuca estão elaborando seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social, além de buscarem recursos para implantação de programas habitacionais junto aos governos estadual e federal. Já ao que se refere às ações de controle urbano, a Agência Condepe/FIDEM em parceria com os Municípios, Estado e União, buscam implementar o Programa Especial de Controle Urbano-Ambiental do Território com o objetivo de estruturar as entidades municipais e estaduais de controle urbano para o cumprimento de uma gestão territorial eficaz.

No entanto, paradoxalmente, se inexistente uma política habitacional mais efetiva do ponto de vista da ação pública, o território de Suape tem exercido uma forte atração por novos empreendimentos habitacionais privados, expressando e consolidando uma nova forma de intervenção no território através da implantação das chamadas “Cidades Planejadas”, que de uma maneira geral, são planejadas sem nenhuma intervenção do poder público municipal, sem se considerar o planejamento urbano proposto para os municípios e sem a participação da sociedade local nos processos decisórios. Nos dois municípios em análise observa-se a promoção de pelo menos quatro grandes empreendimentos com essas características, sendo eles: Reserva do Paiva – Cabo de Santo Agostinho, Convida Suape – Cabo de Santo Agostinho, Engenho Trapiche Ipojuca – Ipojuca, Reserva Ipojuca – Ipojuca.

O Convida SUAPE é a maior entre estas cidades planejadas, perfazendo uma área de 4,7 milhões de m<sup>2</sup> e com quase um terço de mata preservada. O projeto se baseia na promoção de moradia, educação, saúde e entretenimento, contando com unidades habitacionais, além de hotéis, um campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e outro do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), centros esportivos, galerias de arte, cinema, entre outros equipamentos E é estimada para receber

aproximadamente cerca de 100 mil novos habitantes (Diário de Pernambuco, 2013). Cabe destacar que a população atual do município do Cabo é de 185,025 habitantes, conforme dados do IBGE (2010). Dessa forma, só o Convida SUAPE acarretará em um acréscimo de mais de 50% da população atual. O que se faz necessárias futuras análises decorrentes dos impactos destes empreendimentos no município.

Também cabe destacar que, a criação dessas cidades planejadas não atendem a todo o déficit habitacional e que podem aumentar ainda mais a fragmentação territorial já presente em toda a RMR ao proporcionar a formação de guetos, ou seja, ilhas urbanas infraestruturadas e de alto poder aquisitivo em um território caracterizado por padrões socioespaciais de pobreza, os quais aguardam do poder público municipal por décadas melhorias de infraestrutura, mobilidade, habitação. As figuras 3 e 4 mostram as diferenças entre a “Cidade Planejada” proposta e a cidade existente no Cabo de Santo Agostinho.



**Figura 6. Perspectiva do Convida Suape.**

Fonte: Diário de Pernambuco, 2012.



**Figura 7. Situação atual Cabo de Santo Agostinho**

Fonte: Google Earth, 2013.

Ao que diz respeito ao uso do solo o território de Suape está inserido em áreas de importante potencial paisagístico e ambiental, com: fragmentos de mata atlântica, manguezais, lagos, lagoas e barragens. Diante do crescimento que vem passando a região, evidencia-se um conflito entre as áreas de expansão urbana demandadas pelos investimentos industriais com as áreas de preservação e de interesse ambiental. Além de áreas de preservação histórica composta por antigos engenhos de açúcar e igrejas do período colonial, que também vem sofrendo pressões e dificuldades de serem preservadas.

Nos municípios analisados também se encontram as praias mais famosas da região, a exemplo Porto de Galinhas e Maracaípe que são praias turísticas conhecidas nacionalmente. E a proximidade com o CIPS tem proporcionado conflitos de interesse econômico com o industrial.

Muito desses conflitos estão relacionados as fragilidades dos instrumentos de regulação do território. Os Planos Diretores efetivamente não se constituem em instrumentos eficientes no sentido de prever o planejamento territorial. Pois, os resultados na configuração do território não obedecem ao zoneamento definido nesses instrumentos. Além de que, percebe-se pouca atenção ao que diz respeito às zonas especiais, sendo elas: As Zonas Especiais de Interesse Social, as Zonas de Preservação Histórica e as Zonas de Preservação Ambiental, essas duas últimas áreas de relevante interesse para a região e para todo o estado. Cabe também registrar que esses instrumentos legais também pouco dialogam um com os outros, além do próprio Plano Diretor de Suape elaborado pelo governo estadual.

Para a análise da infraestrutura esta pesquisa definiu os seguintes temas: mobilidade, abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. De acordo com o Diagnóstico do Território Estratégico de Suape (2008), a mobilidade e a acessibilidade no e para o Território Estratégico constituem-se como fator preponderante para a articulação e integração dos serviços e negócios do Complexo. Entre os principais desafios elencados pelo diagnóstico refere-se a: integração das linhas de ônibus e metrô aos municípios do Cabo, Ipojuca e Escada, permitindo deslocamentos a custo mais baixos; facilitar a acessibilidade para toda a população da RMR; melhorar a operação do transporte ferroviário de passageiros, entre o Cabo e o Recife; aumentar a infraestrutura necessária para aumentar a velocidade de deslocamento dos veículos de transporte coletivo; aumentar a frequência das linhas regulares de transportes de passageiros para Suape, além de integrar os sistemas municipais e metropolitano.

Um problema a ser enfrentado diz respeito ao transporte de cargas da região, onde ainda predomina a utilização de diversos caminhões gerando filas e congestionamentos nas entradas dos portos, bem como nos principais acessos ao CIPS, o que gera também conflito desse tipo de transporte, com aqueles de veículos de pequeno porte que se dirigem as praias. Problemática essa que só será atendida a partir da ampliação e recuperação da malha ferroviária.

Já as dificuldades relativas à mobilidade urbana, recaem especificamente sobre os congestionamentos e desarticulação dos sistemas de mobilidade, que além de repercutirem diretamente na população moradora dos municípios analisados, repercutem também sobre aqueles que se deslocam de outras partes da RMR em direção ao complexo de Suape. Dessa forma, observa-se que, a deficiência relativa à mobilidade na região, agregando-se a inexistência de política habitacional, proporciona a ocupação espontânea nas margens das rodovias próximas a Suape, promovidas por trabalhadores que moravam em locais distantes e ao perderem muitas horas no deslocamento, optam por essa forma de moradia, mas próximos ao local de trabalho.

A implantação e expansão das atividades portuárias e industriais além de promover a transformação do território promovem pressões sobre a infraestrutura local. Nesse sentido, os principais problemas identificados e já apontados desde 2008 no Diagnóstico do Território Estratégico de Suape, são relativos ao abastecimento de água devido ao permanente racionamento de água ainda existente, que varia o sistema de rodízio de 2 a 5 dias sem água, a depender da localidade. E a inexistência de rede de distribuição nos novos loteamentos e praias de veraneio. Quanto ao esgotamento sanitário, o maior problema diz respeito à ausência de procedimentos adequados para o tratamento desses esgotos, que terminam por degradar os cursos d'água e contaminar as praias. Quanto aos resíduos sólidos é apontado que a coleta convencional é realizada com baixa eficiência; ausência de coleta seletiva estruturadora, gerando problemas sociais com crescente presença de

catadores nas ruas, nos aterros e lixões; além da destinação final ser realizada em lixões (FIDEM, 2008).

A partir dos critérios analisados relativos a habitação, uso do solo e controle urbano, mobilidade e infraestrutura é possível afirmar que os impactos decorrentes dos empreendimentos de Suape nos municípios do Cabo e Ipojuca estão diretamente associados ausência de planejamento urbano/metropolitano e de controle urbano. O crescimento da CIPS implica em um forte atrativo de indústrias, empreendimentos, pessoas, as quais demandam iniciativas públicas que deem em conta dessa nova dinâmica. No entanto, o que se observa é a fragilidade institucional dos municípios à medida que não conseguem ter controle das ocupações irregulares, devido à ausência de estrutura de fiscalização. Também não conseguem implementar as diretrizes estabelecidas pelos seus planos diretores, uma vez que, este é o principal instrumento de planejamento urbano. Ao contrário, observa-se uma enorme defasagem entre as diretrizes estabelecidas no zoneamento dos municípios e a realidade encontrada. Evidencia-se a falta de políticas setoriais como habitação, mobilidade, resíduos sólidos, entre outras. E, por fim, pelas dificuldades de implementação de planos metropolitanos, ente os municípios e com o estado, fundamental para o desenvolvimento da região.

#### **1.4. Considerações sobre a Dimensão Socioespacial**

Após mais de 2 décadas de investimentos no CIPS observa-se que este empreendimento tem propiciado uma grande dinâmica socioeconômica na região, e tem sido o impulsionador de várias transformações no território em função da quantidade de novos empreendimentos, sejam aqueles relacionados à dinâmica econômica, como as empresas implantadas, bem como, empreendimentos habitacionais agregados a uma gama de equipamentos, que vem sendo atraídos pela região. Também observa-se um crescimento de trabalhadores de diversos setores sociais que promoveram e promovem novas demandas para os municípios analisados, principalmente às questões relativas a moradia, infraestrutura, saúde e educação.

Dessa forma, os resultados preliminares desta pesquisa evidenciam uma nova configuração nos municípios de influencia direta – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - no Complexo Industrial de Suape. Essa nova configuração tem sido marcada por fragmentações no tecido urbano, verificadas através de novas ocupações espontâneas, do crescimento das ocupações já existentes, transformações do espaço rural em espaço urbano, novos empreendimentos de classe média e alta e vulnerabilidade das áreas históricas e ambientais.

Todas essas transformações estão relacionadas ao modelo atual de gestão e planejamento urbano desenvolvimentista, o qual tem sido marcado pela atração de grandes empreendimentos, cujo princípio é o de promover a dinâmica econômica de uma cidade ou região. No entanto, o que se percebe é que os municípios, ente responsável pela política urbana, não tem capacidade e estrutura para planejar o desenvolvimento urbano e implantar ações efetivas relativas ao ordenamento territorial, ainda mais diante de fortes pressões econômicas. Se por um lado, esses municípios passam a ter maior arrecadação, novos atrativos urbanos em seu território, por outro lado, também herdam maiores demandas sociais.

#### **Referências Bibliográficas**

BRAGA, R. A. P.; MOURA, H. F.; DUARTE, M. T. Impactos ambientais sobre a estrutura do manguezal de Suape. Projeto Avaliação de Impactos Ambientais em Zonas Estuarinas de Pernambuco. Recife: UFPE, 1989.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e meio ambiente: o conflito do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Anais IV Encontro ANPPAS, 2008.

CONDEPE-FIDEM, 2008. Diretrizes para a Ocupação Sustentável para Suape. Recife, 2008.

CONDEPE/FIDEM. “Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma Ocupação Sustentável, concluído em dezembro de 2008. <http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/apresentacao10>

Decreto 37.160/2011. Plano Diretor de Suape - 2030. Recife, 2011.

FIDEM, 1987. Cidade do Amanhã. Governo do Estado de Pernambuco.

FIDEM, 1975. Plano de Desenvolvimento Integrado. Governo do Estado de Pernambuco.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton et al.(Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SILVEIRA, Karla Augusta. Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: UFPE, 2010.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **“Expansão dos Espaços de Pobreza no contexto do desenvolvimento da região de Suape. Deslocamentos populacionais atraídos pelos empregos diretos e indiretos”**. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.